

jornal da tarde

Publicado pelo S. A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
Joaquim Douglas
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

As revelações deste relatório do BC

O desempenho da economia brasileira, em 1981, tal como consta do relatório anual do Banco Central, ontem divulgado, não chega a constituir novidade para ninguém. As conclusões a que chegaram os analistas daquele estabelecimento oficial apenas espelham o que de fato era sentido por todos quantos trabalham neste país, isto é, que nossa economia sofreu, realmente, uma quebra de ritmo extraordinária no exercício de 1981, certamente muito maior do que esperavam as autoridades governamentais. Lembremos que no início daquele exercício elas contavam com um crescimento positivo de 4 a 5% e que o Banco Central acaba de apurar um resultado negativo de 3,5%.

A diferença é, sem dúvida, notável, entre as previsões iniciais e o resultado final, e a divulgação desse relatório mostra que o governo resolveu absorver, enfim, o impacto desfavorável dessa má publicidade sobre a sua gestão, admitindo-a em documento que ficará arquivado para a história.

Em consequência do crescimento negativo do Produto Interno Bruto, que obviamente continuou a ser acompanhado por um crescimento positivo da população, tivemos uma queda da renda per capita brasileira, e certamente uma piora na distribuição da renda. Embora isso não transpareça no documento, é claro que com a renda em retração sua queda relativa é tanto maior quanto menor for a capacidade de defesa de cada cidadão: aqueles que contam com menos opções de renda (em geral os assalariados), e com renda média mais baixa, são os que mais perdem nessa corrida para baixo.

Muito se tem falado sobre o papel da política monetária restritiva na recessão de atividades econômicas em que nos encontramos. O relatório do Banco Central, todavia, confirma indiretamente uma tese que já desenvolvemos aqui, em outros comentários: o controle quantitativo da moeda e do crédito não foi, na prática, o principal responsável pela recessão, uma vez que em verdade não chegou a acontecer com o rigor que se imagina. O crescimento percentual dos meios de pagamento e da base monetária, durante o ano de 1981, segundo nos informa o documento do Banco Central, foi, na realidade, maior do que no ano precedente, para uma taxa de inflação menor. Pode-se dizer, portanto, para usar linguagem de economistas, que o nível de liquidez real do sistema, em 1981, se mostrou mais folgado do que em 1980.

mercantil) são variáveis e podem muito bem variar para baixo, como está ocorrendo neste início de 1982. Tendência que nos obrigará, caso prossiga, a manter aquela política de retração do consumo e do mercado interno, sem que possamos, ao mesmo tempo, desfrutar da vantagem tradicionalmente vinculada a essa política, que seria uma queda substancial na inflação.

É verdade que a maior expansão dos meios de pagamento e da base monetária só ocorreu a partir do segundo semestre, e que até o mês de maio a liquidez se mostrava bastante apertada. Mas o que nos parece válido dizer é que o esforço das autoridades no sentido de aplicar no Brasil as regras da ortodoxia monetária não chegou a produzir resultados quantitativos, mas, sim, qualitativos. Em outras palavras, o que houve não foi propriamente um aperto na quantidade de crédito e sim um encarecimento do crédito. Se analisarmos os agregados monetários para o ano de 1981, constantes do relatório do Banco Central, chegaremos à conclusão de que a política monetária não foi usada, na prática, para derrubar a inflação e sim para conter o consumo, de maneira indireta, ou seja, pelo encarecimento dos preços. Por paradoxal que pareça, tivemos uma política monetária que se destinava, na prática, a elevar os preços e não a derrubá-los.

Ao mesmo tempo em que encarecia o crédito em geral, e limitava muito o crédito para o consumo (isto é, as disponibilidades do segmento livre de crédito), o governo estimulava a formação de ativos financeiros — animava o povo a guardar dinheiro, para ser mais claro. Assim, o saldo dos haveres não-monetários, que formam a chamada poupança interna, cresceu 173% no ano passado, isto é, muito mais do que a inflação.

A recessão econômica em que nos encontramos pode ser explicada, portanto, basicamente, pelo crescimento do custo do dinheiro, que de um lado inibiu o consumidor mediante o encarecimento dos produtos; de outro lado, animou-o a entesourar; e, no âmbito das empresas, principalmente empresas particulares, desestimulou o investimento. Aliás, o relatório revela também sensível redução real dos investimentos em comparação com o ano precedente.

O que tivemos, portanto, na prática, se torna bastante visível à luz desse relatório: não foi uma política destinada a conter a inflação e a promover o crescimento — conforme se proclamou oficialmente no final de 1980 —, mas uma política destinada a inibir o consumo interno através da elevação dos preços. Certamente as autoridades esperavam que a produção liberada pelo mercado interno se destinasse à exportação, e desse modo não houvesse rupturas graves no mercado de trabalho. Isso, todavia, não ocorreu porque na verdade a retração do consumo pessoal e dos investimentos das empresas (esses inibidos também pelas incertezas do horizonte econômico) foi muito maior do que o crescimento das exportações e, em consequência, a oferta de bens e serviços teve de baixar, gerando capacidade ociosa nas empresas e desemprego no mercado.

Uma outra informação preocupante do relatório do BC refere-se às despesas com o serviço da dívida, que alcançaram 72% das receitas de exportação. Aí, o grande dilema estratégico é que as despesas (de natureza financeira) são bastante rígidas e tendem sempre a crescer, enquanto as receitas (de natureza quase que exclusivamente